

## ATA DA 16.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

16 de abril de 2021

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão extraordinária, pelas catorze horas e trinta minutos, o Plenário do Conselho das Escolas, por videoconferência sobre a plataforma Teams, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de treze de abril: \_\_\_\_\_

**Ponto um** – Discussão e aprovação da ata da reunião n.º 12, de 27 de março de 2020. \_\_\_\_\_

**Ponto dois** - Discussão e aprovação da ata da reunião n.º 14, de 14 de janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Ponto três** – Discussão e aprovação da ata da reunião n.º 15, de 02 de fevereiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Ponto quatro** – “Adequação dos prazos do ciclo avaliativo dos docentes” - apreciação e votação de proposta de parecer da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

**Ponto cinco** – Assuntos diversos. \_\_\_\_\_

Estiveram presentes os conselheiros Ana Cláudia Cohen G. B. Caseiro G. Domingos, Ana Maria Pereira Trindade Santos Reis, Anabela Henriques de Matos Soares, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, Fernando Filipe de Almeida, Francisco Manuel Cortez B. La Féria e Oliveira, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Esteves Dias Andrade, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Maria Manuela Vieira Machado, Renato Jesus Madeira Alves e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de dezassete. Faltaram à reunião os conselheiros Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos, António Ventura dos Santos Pinto, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto, Fernando Paulo Mateus Elias, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José Manuel Batista Carreira, Jorge Manuel de Sousa do Nascimento, Lucinda Maria Mendes Ferreira e Rui Manuel Fonseca da Silva. \_\_\_\_\_

**Ponto um – Discussão e aprovação da ata da reunião n.º 12, de 27 de março de 2020.** \_\_\_\_\_

Após ter saudado todos os presentes, o Presidente deu início à reunião informando que este ponto da ordem de trabalho ficaria adiado para a próxima reunião, uma vez que a ata da reunião n.º 12 ainda não tinha sido apresentada pelo secretário da referida reunião.

**Ponto dois – Discussão e aprovação da ata da reunião n.º 14, de 14 de janeiro de 2021.** \_\_\_\_\_

Depois de discutida a proposta de ata da reunião, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade pelos elementos presentes na reunião a que a mesma respeita. \_\_\_\_\_

**Ponto três – Discussão e aprovação da ata da reunião n.º 15, de 02 de fevereiro de 2021. \_\_\_\_**

Depois de discutida a proposta de ata da reunião, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade pelos elementos presentes na reunião a que a mesma respeita. \_\_\_\_\_

**Ponto quatro – “Adequação dos prazos do ciclo avaliativo dos docentes” - apreciação e votação de proposta de parecer da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_**

O Presidente começou por enquadrar o pedido de Parecer, solicitado pela Senhora Secretária de Estado da Educação, Inês Ramires, tendo, de seguida, apresentado a proposta de Parecer aprovada pela Comissão Permanente, após o que deu a palavra ao Plenário, registando-se as intervenções de vários conselheiros. \_\_\_\_\_

O Conselheiro António Castel-Branco manifestou a sua concordância com o parecer, mas referiu a sua preocupação com o facto de os docentes supranumerários poderem ter classificações muito elevadas, o que seria injusto para os docentes avaliados inicialmente.

A Conselheira Júlia Gradeço referiu igualmente concordar com a proposta de parecer apresentada, mas tinha também bastantes reticências relativamente à situação dos supranumerários, devido a possíveis injustiças que pudessem ocorrer.

Também o Conselheiro Francisco La Féria e Oliveira interveio no sentido de concordar com o parecer apresentado. \_\_\_\_\_

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou à votação a proposta de Parecer nº 4/2021, a qual foi aprovada por unanimidade.

**Ponto cinco – Assuntos diversos. \_\_\_\_\_**

O Presidente prestou as seguintes informações ao Conselho: \_\_\_\_\_

- Relativamente às eleições para o Conselho das Escolas, continua a aguardar-se a marcação de eleições. De referir que, nos termos legais, mediará um período de sessenta dias entre a convocatória e o ato eleitoral.

- No dia 07/02/2021, o Presidente deu uma entrevista ao Jornal de Notícias.

- No dia 25/02/2021, o Presidente e os Vice-presidentes reuniram, por videoconferência, com a Senhora Secretária de Estado da Educação, a Senhora Diretora Geral da Administração Escolar e outros técnicos, no âmbito dos procedimentos do recenseamento docente. \_\_\_\_\_

- No dia 10/3/2021, o Presidente e os elementos da Comissão Permanente reuniram, por videoconferência, com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação para se abordar a pertinência da realização das provas de avaliação externa, no atual quadro pandémico.

- No dia 13/03/2021, o Presidente participou numa *webinar* da SPM, relativa ao currículo.

- No dia 31/03/2021, o Presidente deu informação à Comissão Parlamentar sobre a Petição nº 199/XVI/2ª “Concurso de mobilidade interna”.

- No dia 07/04/2021, o Presidente deu uma entrevista à EDUCARE.

- Em 12/04/2021, o Presidente indicou a Vice-Presidente para participar no Projeto “A Diversidade faz a Força: Revisão da Educação Inclusiva em Portugal”.

De seguida usou da palavra a Conselheira Anabela Soares que referiu a necessidade urgente de apoio jurídico para as Escolas e de apoio técnico no âmbito da Escola digital. Mencionou ainda que as Escolas não têm conhecimento dos cadernos de encargos relativamente aos refeitórios, no que respeita ao rácio de pessoal. \_\_\_\_\_

O Conselheiro António Castel-Branco deu conta da sua preocupação com a prevista intervenção de elementos não docentes no processo de recuperação das aprendizagens.

O Conselheiro João Manuel Andrade manifestou a sua preocupação com os procedimentos da transição para a municipalização e com as quotas de acesso aos quinto e sétimo escalões. \_\_\_\_\_

Igualmente o Conselheiro Francisco La Féria e Oliveira referiu a questão das quotas de acesso aos quinto e sétimo escalões e lembrou que o período de férias dos professores está este ano gravemente comprometido, tendo em conta todo o serviço de exames e os procedimentos das Provas de Aptidão Profissional e da Formação em Contexto de Trabalho. \_\_\_\_\_

A Conselheira Júlia Gradeço informou que foi criado um Grupo de Trabalho para emitir recomendações sobre a recuperação das aprendizagens. Relativamente à municipalização tudo vai depender da visão que a autarquia tiver da educação e defendeu que as competências das partes envolvidas têm de estar muito bem definidas. \_\_\_\_\_

Por fim, o Conselheiro António Castel-Branco referiu que a sua experiência é diversa da referida pela Conselheira Júlia Gradeço. Defendeu o bom trabalho da sua autarquia na recuperação dos edifícios escolares e o melhor serviço prestado nos refeitórios. Contudo, a manutenção dos equipamentos informáticos e das fotocopiadores continua a ser um problema por resolver. \_\_\_\_\_

Não se registando mais intervenções e após a leitura e aprovação da ata em forma de minuta, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Margarida Ana Valente Fonseca, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. \_\_\_\_\_

Margarida Ana Valente Fonseca \_\_\_\_\_

José Eduardo Lemos \_\_\_\_\_